

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS NO BRASIL: a (re)organização do território rural no município de Catalão (GO)

Marcelo Venâncio¹

venancio.marcelo@gmail.com

Vera Lúcia Salazar Pessoa²

vspessoa98@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo tecer um panorama histórico das políticas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais inseridas no Brasil, a partir da década de 1940 e sua inserção no município de Catalão (GO), a partir do final da década de 1970. Para elaboração da discussão foi feita uma revisão da literatura pertinente ao tema e entrevistas com técnicos da Agência Rural de Catalão. Assim, o texto procura mostrar as estratégias do Estado para a implantação e manutenção dessas políticas, as ideologias presentes nas mesmas e como foram inseridas no município de Catalão.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Comunidades Rurais. Comunidade. EMATER (GO). Catalão (GO).

THE RURAL COMMUNITIES DEVELOPING POLICIES IN BRAZIL: rearrangement of rural territory in Catalão (GO) municipality

Abstract: This article has as goal to make considerations about a historic vision of Rural Communities Development politics built in Brazil since the ending of 1940's and their inserction in Catalão(GO) field areas from the 1970's final. To elaboration of this discussion was made a revision about so concerning subjects as the meetings with Rural Agency technic people of Catalão city. Thus, the writing paper intends to present The State strategies to implantation and maintenance of their political conceptions, the ideas by themselves and how they were come to Catalão rural areas.

Key-words: Rural Communities Development. Community. EMATER (GO). Catalão (GO).

Introdução

Este texto tem como objetivo tecer um panorama histórico das políticas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (DCR), inseridas no Brasil a partir a década de 1940, e sua inserção no município de Catalão (GO) a partir do final da década de 1970 com a implantação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER/GO). As políticas de DCR foram inseridas pelos Estados

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Pires do Rio (GO).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Unidos da América (EUA) na América Latina no final da década de 1940, com intuito de frear a propaganda comunista, conseqüência do fortalecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da Revolução Cubana que já se iniciava.

No Brasil, as políticas de DCR foram inseridas a partir de um acordo firmado entre os governos brasileiro e norte-americano a fim de levar às populações do campo o desenvolvimento, salvando-os do “atraso econômico e cultural”. Acreditavam que esses problemas fariam com que esses povos teriam maior receptividade a propaganda comunista. Assim, além dessas políticas eliminarem o foco do comunismo, fortaleceriam também o Modo Capitalista de Produção no campo. Nesta constatação, nossos questionamentos foram: Quais as principais estratégias do Estado para o DCR no Brasil? Qual a ideologia de comunidade inserida nas políticas de DCR? Como essas políticas foram inseridas no município de Catalão? As metodologias empregadas foram: uma revisão da literatura, ponderando as principais discussões sobre desenvolvimento de comunidades rurais. Em seguida foram feitas, no ano de 2007, entrevistas com os técnicos da Agência Rural no município de Catalão.

Os estudos sobre as políticas de DCR podem ser encontrados na Economia, no Serviço Social, na História e nas Ciências Sociais. Estes serviram como suporte para as nossas análises. Na Geografia brasileira existem vários estudos sobre comunidades rurais, mas não há nenhum estudo que buscou aprofundar no DCR, ficando aí uma grande lacuna. Nesta constatação, o estudo do DCR, torna-se de grande importância para quem se propõe a investigar as comunidades rurais. No contexto dos estudos das demais ciências, falta uma análise de como o Estado, a partir do DCR, (re)organiza o território nos seus aspectos políticos, econômicos e culturais, fato que a Geografia poderá dar significativas contribuições. O texto poderá também contribuir para pensar desenvolvimento territorial, discurso esse, atualmente inserido nos programas governamentais. Assim, concordamos com Saquet (2003, p. 18), quando afirma sobre a “necessidade de conhecer o passado, o processo de construção dos lugares, as mudanças e as permanências, para se compreender presente e pensar o devir”.

Para a organização didática, o texto será dividido em três partes, mais esta introdução e as considerações finais. Na primeira parte, tentaremos, a partir de alguns autores, estabelecer um conceito de comunidade e sua organização espacial. Na segunda parte, traçaremos uma discussão histórica das políticas de DCR no Brasil apresentando as ideologias presentes nas mesmas. E na terceira parte, faremos uma discussão sobre a inserção dessas políticas no município de Catalão.

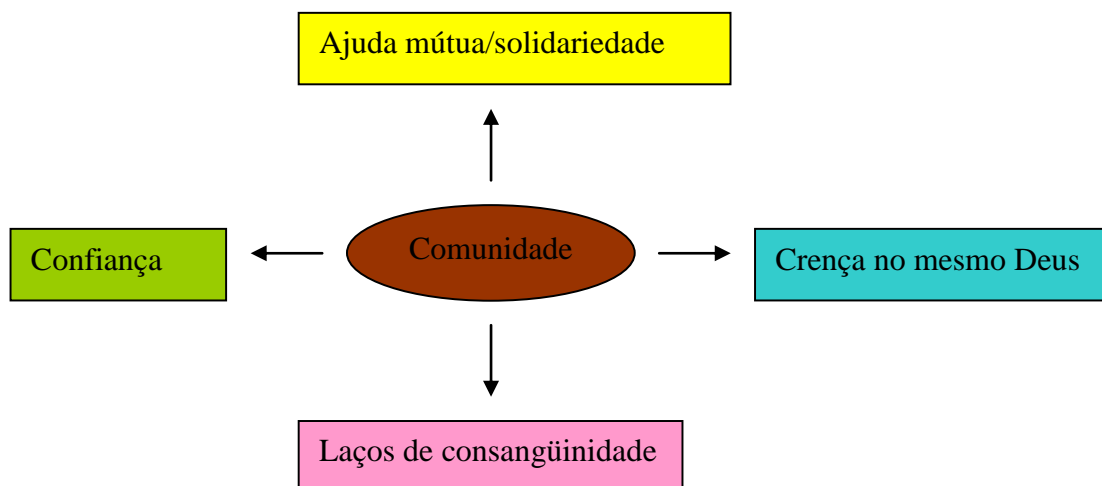
O conceito de comunidade

No meio acadêmico tem surgido, principalmente na Geografia, um número significativo de pesquisas sobre comunidades rurais. Esses estudos trazem o significado de comunidade, sem se darem conta da ideologia presente nesse conceito pelos órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento dessas áreas. Os grupos de pessoas que vivem nas áreas rurais brasileiras estão territorializados através dos laços de confiança e de solidariedade com seus vizinhos. Essas formas de organização no espaço dão o sentido à comunidade. A terminologia *comunidade* significa existência de um grupo territorializado através dos laços de vizinhança. Para Claval (1999), a comunidade serve de modelo a toda uma série de unidades sociais e culturais. Trata-se de um grupo coeso, no qual os membros estão ligados por relações de confiança mútua.

Assim, os membros podem se multiplicarem por emigração [incorporação de mais pessoas ou de grupo de pessoas] ou se estender para englobar um grande número de pessoas ligadas por traços fundamentais de cultura [pessoas que praticam as mesmas crenças, participam das mesmas festas, crenças no mesmo Deus]. A comunidade pode ser construída também a partir de elos de sangue e de aliança, que unem os membros de uma mesma família. Também pode ser formada por membros organizados em associação e unidos por um mesmo ideal e projeto comum. Pode, enfim, resultar na co-habitação de pequenos grupos em um mesmo lugar. Para se viver em comunidade, necessita-se de uma base territorial.

Nessa direção, Claval (1999) analisa dois exemplos de comunidade: a comunidade religiosa e a comunidade de lugar. A comunidade religiosa constitui-se num grupo coeso de fiéis reunidos pela prece e pelos gestos rituais que exprimem melhor a fé dos crentes. Esses traços têm um grande significado na vida dos

camponeses, sendo a comunidade religiosa muito comum. O fluxograma 1 ilustra o pensamento de Claval (1999):



Fluxograma 1 - Arranjo territorial de uma comunidade de acordo com Claval (1999). Org. M. Venâncio.

No pensamento de Claval (1999), merece acrescentar também as considerações de Marques (2004), Cândido (1982) e Woortmann (1995) que também dedicaram suas investigações em torno das comunidades tradicionais. Marques (2004) afirma que uma comunidade camponesa se caracteriza por um modo de vida tradicional estruturado em torno da família e dos laços de solidariedade construídos a partir de relações pessoais e imediatas e informados pela linguagem de parentesco. Nesse sentido, essa autora acrescenta que em uma comunidade os membros utilizam o pasto de forma coletiva, existindo uma rede de solidariedade formada por parentes e vizinhos.

Vale mencionar, também, as contribuições de Cândido (1982) para entender uma comunidade. Estudando os caipiras em São Paulo, esse autor encontrou formações socioespaciais parecidas com a comunidade descrita por Claval (1999), denominadas de *bairro rural*. Nas concepções de Cândido (1982), o bairro é a estrutura social fundamental para a reprodução da sociedade camponesa. Consiste no agrupamento de algumas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência e pela troca de ajuda entre vizinhos [mutirões e traições] e também pelas atividades religiosas. O autor ainda argumenta

que as comunidades apresentam as seguintes características: as habitações podem ser próximas ou até mesmo parecer um povoamento ralo, mas também, podem estar bem afastadas.

Em Woortmann (1995) é trabalhada a questão do parentesco como uma categoria central para compreender uma comunidade camponesa. Para essa autora, os habitantes da comunidade estão ligados pelos laços de parentesco, de compadrio e de afetividade. Os casamentos entre os membros são freqüentes, pois garante a circulação do patrimônio dentro da comunidade, sendo a união entre primos muito comum. Nesse sentido, essa autora comenta que as relações de parentesco dentro de uma comunidade estão estruturadas no comportamento, na linguagem, no compadrio e na consangüinidade entre os membros.

Buber (1987) define comunidade como uma associação orgânica de personalidades definida a partir de seu relacionamento com o outro, dentro de uma comunidade. Denuncia o conceito de educação comunitária por tratar de um adestramento do indivíduo para cumprir seu papel na sociedade, no Estado, no partido ou em qualquer forma de organização social. Esse autor comenta que tal prática não condiz com o conceito de comunidade. Essa educação comunitária se parece com o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil que foi colocado de fora para dentro, sem nenhuma discussão com os agricultores sobre suas reais necessidades. Esse assunto será trabalhado de forma mais aprofundada no item 3.

Assim, a partir dos autores citados, a comunidade constitui-se em um grupo cujos estilos de vida são semelhantes e o auxílio mútuo fácil como, por exemplo, os mutirões e a “treição”³ encontrados nas comunidades rurais brasileiras. Nasce das relações múltiplas impostas pela co-habitação. Acrescenta-se a isso um sentimento de lugar, do território como patrimônio comum, quer a propriedade total ou parcialmente coletiva, quer a privada. Na comunidade, todos são batizados na mesma igreja, freqüentam a mesma escola e são enterrados no mesmo cemitério. A partir dessas realidades, ampliam-se os círculos de lugares em que pertencem, pode

³ De acordo com o Dicionário da língua portuguesa (FERREIRA, 1999). Traição é uma espécie de mutirão com a particularidade de o fazendeiro que pretende auxiliar o vizinho, chega à casa desde alta noite, de surpresa, em companhia dos trabalhadores, acordando-os em geral, ao som de cantos. O nome popular é “treição”.

se sentir próximo aos habitantes da região que apresentam o mesmo falar, o mesmo modo de cozinhar, o mesmo modo de vestir, além de estarem ligados pelos laços de parentesco.

Essas comunidades no Brasil, consideradas como uma forma atrasada de vida, não foram levadas em conta pelos idealizadores do DCR no Brasil. Esse programa assistencialista foi importado de um modelo dos EUA e sustentado pelo Estado brasileiro e apoiado pelos intelectuais. O objetivo era levar para as comunidades um programa de desenvolvimento, inculcando-lhes a idéia estereotipada de estar salvando-as do atraso econômico, social e cultural. Todavia, pesquisadores que se dedicaram a estudar as comunidades rurais não atentaram para esse modelo de desenvolvimento, ficando uma lacuna nesses estudos. Para tentar preencher essa lacuna, passamos à análise das políticas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil, compreendendo esse processo como uma forma e/ou estratégia que o capital encontrou de se apropriar do território.

Gênese e ideologia do desenvolvimento de comunidades rurais no Brasil

Em meio às turbulências do término da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945 deu-se início à *Guerra Fria*, deflagrada por duas grandes potências declaradas: de um lado, o bloco capitalista, tendo como representante os EUA, e, de outro, a URSS. Com o mundo teoricamente bipolarizado, essas duas grandes potências disputavam, entre si, territórios buscando ampliar suas zonas de influências, ocorrendo assim, uma acirrada corrida armamentista, na tentativa de chegar ao poder bélico (fabricação de armas de guerra). Um dos pressupostos da doutrina capitalista (que na verdade, é um pressuposto geopolítico, na medida em que os Estados protegem e disputam territórios) era a contenção do socialismo no mundo.

Em meio a essas disputas, a expansão do socialismo e o fortalecimento da URSS, juntamente com a Revolução Cubana que se iniciava, chefiada por Fidel Castro, os EUA perdia o controle sobre um país latino-americano. Nesse momento histórico, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo principal

era preservar a paz e a segurança no mundo, promovendo a cooperação internacional e resolvendo problemas econômicos, sociais e culturais que impediam o crescimento das nações.

Nesse sentido, a recém criada ONU começou a buscar estratégias com o intuito de garantir a ordem social, livrando o mundo dos regimes e ideologias que, teoricamente, não seriam democráticos. A partir daí, começou o argumento de que a pobreza e o atraso cultural, presentes nas áreas rurais dos países em desenvolvimento teriam maiores receptividades à propaganda comunista. No caso da América Latina, os EUA viram-se na necessidade de criar estratégias para “ajudar” esses povos a alcançar um nível econômico, cultural e político mais “sadio”. Tais medidas, além de eliminar o foco do comunismo que se estendia pelo globo, redundariam em benefícios para os EUA. Com esse objetivo, o governo norte-americano, de Harry Trumam, iniciou, após a Segunda Guerra Mundial, um extenso programa de assistência técnica nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, principalmente aos países da América Latina. Assim, ao final de década de 1940 foram criadas em vários países como Brasil, Argentina, México, Chile, Bolívia, Venezuela e outros, as políticas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais. No Brasil, de acordo com Amann (1985), para a implantação de tal programa, foi celebrado, com um amplo apoio do Estado, um convênio entre o Ministério da Agricultura e o governo norte-americano, no sentido de os EUA colocarem seus técnicos para assessorar a comissão de produção do referido ministério.

O amplo apoio que o Brasil deu ao DCR se justifica pelos pontos críticos da urbanização acelerada que o país atravessava, com a formação de grandes periferias, trazendo uma consciência de intervenção do Estado para a solução dos problemas urbanos já agravados. Assim, havia uma exigência de novas políticas de gestão do território como um todo (tanto a nível nacional como regional) para permitir um novo modelo de acumulação e de participação na economia internacional. Nesse sentido, as áreas rurais brasileiras foram um dos principais alvos da intervenção estatal, visto que, era nessas regiões onde se encontravam populações que acreditavam ser atrasadas e responsáveis pelo atraso econômico do país. Assim, as políticas de DCR foram umas das estratégias de desenvolvimento

das áreas rurais dos países subdesenvolvidos e uma forma de fortalecer o Modo Capitalista de Produção no campo.

O acordo firmado entre os governos brasileiro e norte-americano era, pois, uma cooperação entre o Ministério da Agricultura no Brasil e a *Inter-American Educational Foundation Inc.*, que estabelecia uma maior aproximação interamericana mediante intercâmbio de educação e métodos pedagógicos entre os dois países (Brasil e EUA)⁴. A partir disso, conforme ressaltou Amann (1985) criou-se, no Brasil, a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), composta por técnicos americanos e brasileiros responsáveis pela execução dos programas nas áreas rurais brasileiras. Esse acordo também visava a preparação de técnicos brasileiros nos EUA.

Autores como Amann (1985), Rodrigues (1997), Lima (2001), Baptista (1979), Biddle e Biddle (1972), Arcoverde (1985), Abramovay (1992) e Martins (1975) salientam as problemáticas do DCR no Brasil e na América Latina. Rodrigues (1972) e Lima (2001), por exemplo, acreditam que o modelo iniciado no Brasil era de caráter humanista assistencialista dada a “preocupação” em resolver os problemas da pobreza e da miséria das populações rurais do Brasil. Assim, discorrem que esses programas eram de caráter tutelar, mantendo, dessa maneira, a situação de opressão da população do campo e impedindo sua humanização, isto é, a desalienação e afirmação como seres humanos.

Com esses pressupostos, Amann (1985) salienta que para garantir a inserção dos programas de DCR no Brasil, e conseqüentemente o domínio do território, uma das principais estratégias foi a criação de Missões Rurais, tendo como recursos o rádio, o cinema, bibliotecas, museus circulantes e outros meios de comunicação. A *American International Association (AIA)* criou, após a visita de seu criador Nelson Rockefeller ao Brasil em 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. O objetivo do programa era incentivar o crescimento das colheitas e da produção pecuária, garantindo a melhoria das condições

⁴ Os programas de DCR foram iniciados pelos EUA na passagem de sua estrutura social, econômica e escravista para uma estrutura mercantil e escravista. Somente em 1914 foi formalizado com o objetivo de oferecer a população rural norte-americana o acesso a conhecimentos úteis sobre técnicas de agricultura, pecuária e economia doméstica. Pretendia-se inovar hábitos daqueles agricultores na forma de produzir. (BIDDLE; BIDDLE, 1972).

econômicas e sociais das populações rurais. A ACAR passou então a reproduzir no Brasil o modelo americano de extensão agrícola.

Desde o início do século XX, os EUA já haviam testado esse modelo de produção agrícola na Índia, onde foi viabilizado o Projeto *Etawdh*. Esse processo, no Brasil, ficou conhecido como “Revolução Verde”, que, de acordo com Guimarães, (1979, p. 23) foi “idealizada para salvar a agricultura do mundo subdesenvolvido de uma suposta incapacidade de vencer obstáculos tecnológicos.” Para esse autor, o único objetivo era remover apenas obstáculos tecnológicos. Remover esses obstáculos significava adotar um pacote tecnológico com insumos, que incluía sementes de variedades melhoradas, alcançando um alto rendimento de grãos, principalmente do trigo e do arroz. Mas, cabe ressaltar que nessa visão de desenvolvimento, só foram beneficiados os grandes proprietários rurais detentores de capital e poder político, enquanto que o segmento da agricultura familiar ficou excluído desse processo.

Nessa percepção, essas políticas foram intensificadas no meio rural brasileiro. A primeira experiência de DCR no Brasil ocorreu em Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro (AMANN, 1985). A partir daí, desencadeou-se uma série de programas de produção agrícola que, em tese, consistia em melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, a fim de capacitá-las para contribuir plenamente com o progresso econômico do país, e conseqüentemente a territorialização do Modo Capitalista de Produção no campo. Cabe ressaltar, mais uma vez, que esses programas traziam sempre a idéia do atrasado cultural e economicamente, desconsiderando aspectos culturais e a problemática da concentração da propriedade fundiária nas áreas rurais brasileiras, resultado das políticas de colonização do território, conforme ressaltou os estudos de Mendes (2005).

Para reforçar esses argumentos é mister ressaltar aqui os estudos de Queiroz (1973) e Martins (1975). Queiroz (1973) aponta as situações de preconceitos presentes nas sociedades do século XX, em relação às populações isoladas (populações mestiças). Essa autora salienta que as populações do campo tornaram objetos de estudos de vários pesquisadores, em razão da curiosidade dos cidadãos em relação ao modo de vida do campo, que caracterizava-se por um estilo

de vida tradicional extinto nas cidades. Essa população era vista como fisicamente desequilibrada, sendo por isso, responsável pelo atraso do povo brasileiro. Influenciados por estudiosos como Oliveira Viana, os pesquisadores não reconheciam uma camada intermediária presente nas partes meridionais do país. Martins (1975), também problematizando as políticas de DCR no Brasil, afirma que as concepções dessas políticas exprimem-se a ignorância, a baixa produtividade das populações das áreas rurais. O Jeca tatu ou o caipira preguiçoso, por exemplo, são termos frequentemente criados para mostrar a importância do fazendeiro rico, sobrepondo o urbano no rural.

Com tal visão de atraso e desequilíbrio, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), do Ministério da Educação, inaugurou, em nível nacional, um programa de Educação de Jovens e Adultos para capacitarem profissionais para a atuação junto às comunidades rurais. Tal programa inspirava-se na filosofia de que a educação seria capaz de propiciar aos indivíduos um nível de vida compatível com a dignidade humana. Assim, a CNER escamoteia a questão rural, deslocando-a para o indivíduo. Dessa forma, de acordo com Amann (1985), esse programa de DCR é de cunho desenvolvimentista que não toca no cerne da questão: a estrutura concentradora e excludente, a exploração do trabalho agrícola e a formação do espaço agrário brasileiro.

Desde então, foram criados, em vários espaços rurais no Brasil, os centros comunitários, sob a orientação da igreja católica, ficando a sua institucionalização e respaldo a cargo da CNER. Nos centros, faziam-se reuniões com as Missões Rurais e a comunidade. As Missões Rurais de Educação no Brasil foram inspiradas nas organizações do México, que já haviam iniciado os seus trabalhos em 1951 (AMANN, 1985). Eram compostas por agrônomos, médicos, assistentes sociais e agentes de economia doméstica. Percorriam as cidades do interior reunindo agricultores, donas de casa e jovens, ministrando-lhes aulas de higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem, trabalhos manuais e outros. Essas missões ficavam cerca de 2 a 5 dias em cada cidade, reunindo centenas de pessoas.

Em cada visita, formavam-se grupos, sob a liderança de um membro da comunidade. Nas reuniões, o desenvolvimento de atividades educativas, que em

tese, era proposto com o intuito de refletir sobre os problemas locais a partir das necessidades sentidas pelos próprios membros. Dessa forma, as Missões Rurais montavam um grupo em cada comunidade e iam embora para outras cidades, mas, quando retornavam ao local, alguns meses depois, constatavam que os grupos haviam se esfacelado, tendo que recomeçar todo o trabalho de mobilização. Desde então, a CNER passa a optar por missões rurais fixas em áreas mais restritas. Passa, então, a firmar convênios com diversas entidades públicas e privadas para a instalação de equipes de missão rural em vários estados do Brasil.

Percebe-se, pois, que esses problemas ocorriam devido à visão aclassista e acrítica das Missões Rurais, que de acordo com estudos de Amann (1985), não se fazia distinção de classes. Reuniam-se latifundiários, pequenos produtores, meeiros, posseiros, arrendatários e diaristas para discutir problemas da comunidade e tentar encontrar soluções para os mesmos, desconsiderando a estrutura de classes assentadas no espaço rural brasileiro. Com essa conduta, a CNER começa a entrar em declínio em 1959, sendo extinta em 1963.

Nessa conjuntura, o regime populista representou, em particular, um período em que a gestação da consciência nacional popular se engajou na luta pelas reformas estruturais. Esse processo de conscientização atingiu operários, camponeses e estudantes, dentre outros. Era um período de ascensão da classe operária. O plano de desenvolvimento do governo populista Juscelino Kubitschek (JK) pretendia eliminar a pobreza. Para isso, seria necessária uma ampla reforma no sistema educacional, estímulos à emergência de novos setores da economia e, por fim, promover investimentos em áreas rurais, até então, não exploradas economicamente. Com esse objetivo, de 5 a 8 de julho de 1960, foi realizado, no Rio de Janeiro, o “Seminário Nacional sobre Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil”. Esse seminário foi resultado de um convênio firmado entre o Serviço Social Rural (SSR) e a Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil (Ponto IV), contando com a participação de técnicos desses dois segmentos. O seminário tinha os seguintes objetivos:

- a) Aumentar o número de cientistas sociais e técnicos para os programas de desenvolvimento rural no Brasil.
- b) Dar aos técnicos necessários aos programas de desenvolvimento de comunidade rural um preparo mais adequado em Ciências Sociais e

demais disciplinas relacionadas com o trabalho em programas dessa natureza.

- c) Promover maior entrosamento entre as universidades rurais, institutos de pesquisa social e entidades que realizam programas de desenvolvimento rural, a fim de que as atividades de ensino e investigação tenham articulação com as necessidades desse programa. (SEMINÁRIO..., 1960, p. 09).

A partir desse momento, concordando com Amann (1985), esse seminário mostrou que os discursos dos técnicos reclamavam uma verdadeira reforma estrutural que contasse com a participação das camadas populares. Essa medida recebeu total apoio do regime populista. Desde então, foi a primeira vez que os técnicos se preocuparam com questões macrossocietárias (globais).

No governo João Goulart, o Brasil passou por uma crise política, principalmente devido à renúncia do presidente Jânio Quadros (recém empossado), agravando, ainda mais, os problemas econômicos herdados do Governo JK (dívida externa e altas inflações). Nesse dado momento histórico, houve a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e a proliferação de vários movimentos sociais, sobretudo no campo, reivindicando uma profunda Reforma Agrária. A igreja católica despontou-se como mediadora dessas lutas sociais, tornando primordial a adesão cristã das bases populares. (AMANN, 1985).

Com o golpe militar, em 1º de abril de 1964, houve uma profunda desmobilização, paralisação e mudanças de rumo dos movimentos políticos emergentes durante o período populista. Uma das principais estratégias do governo militar foi a rejeição ao governo nacionalista e a adoção de uma política externa anti-comunista. Os movimentos sociais, que representavam perigo para o sistema autoritário no Brasil, foram marginalizados no processo político. Os trabalhadores sofreram drásticas reduções em seus salários e os sindicatos foram marginalizados.

De acordo com os discursos dos governos militares no Brasil, no início da década de 1970, o “país caminhava a passos largos para o desenvolvimento”. No entanto, a crise do petróleo e seu impacto no Brasil explicitam a fragilidade das políticas do Estado frente às demandas internacionais, expressando, ainda, como o país está aquém dos patamares produtivos desejados pelo governo que o deixariam imune a esse tipo de acontecimento.

Com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), objetivava-se eliminar alguns pontos de estrangulamento da Economia. As recém-criadas superintendências regionais: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁵, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁶, Superintendência Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)⁷, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)⁸ passaram a adotar, oficialmente, o DCR, concebendo-o enquanto conjunto de atividades pelas quais as comunidades participariam do processo de desenvolvimento econômico (produzir mais para melhorar o nível econômico e cultural), e promoveram várias reuniões com assistentes sociais.

Com as superintendências as políticas de DCR tiveram uma ampla inserção em quase todo o território brasileiro. Os técnicos das superintendências começaram a estudar a problemática do DCR, procurando, com isso, criar uma ação de desenvolvimento de comunidades, em âmbito regional, por meio de superintendências. De acordo com Ammann (1985), o discurso das superintendências trazia mais a integração econômica do que a participação social. Nesse processo, os trabalhadores, os camponeses e demais membros da comunidade interessados na questão ficaram fora da discussão, voltando os problemas da comunidade ao individual.

Já em 1977, surgiu a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que ficou encarregada do DCR localizados. Sua criação fez parte de uma estratégia do Estado no sentido de criar mecanismos para acelerar a modernização da agricultura no Brasil. A EMATER, a partir de então, ficou responsável pelo DCR a partir da Extensão Rural. Dessa forma, foi iniciado um trabalho de organização rural, não só com um enfoque produtivo (como até então eram os Programas de DCR), mas também com enfoques subjetivos, como cidadania, representação de classes e organizações comunitárias. Passou-se a

⁵ A SUDENE tem como âmbito de ação os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, parte do Estado de Minas Gerais e a ilha Fernando de Noronha.

⁶ A SUDAM tem como âmbito de ação os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Roraima e Amapá.

⁷ A SUDECO tem como âmbito de ação os Estados do Mato Grosso, Goiás, Rondônia e o Distrito Federal.

⁸ A SUDESUL tem como âmbito de ação os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

prestar assistência a questões como conservação do solo, manejo do solo e da água, irrigação, drenagem e controle de pragas.

Atualmente, o DCR também vem ganhando forças em organizações não governamentais (ONGs), como a CARE Brasil⁹ e Comunitas¹⁰; no setor privado, através de grandes cooperativas e empresas fornecedoras de insumos, dentre outros. Assim, percebe-se que as políticas de DCR em todos os momentos históricos desde a sua criação, são dinâmicas e estão permanentemente em ação e em constantes reformulações. Sendo dinâmico, é também dialético, pois, com a evolução da sociedade e a ação do Estado representado pela classe dominante, o DCR sofreu contestações e contradições que reformularam seus princípios e ações. Nesse sentido na próxima parte, faremos uma discussão da inserção das políticas de DCR no município de Catalão.

A criação da EMATER e a inserção das políticas de desenvolvimento de comunidades rurais em Catalão

Em 1977, surgiu a EMATER. Sua criação fez parte de uma estratégia do Governo Federal no sentido de criar mecanismos para acelerar a modernização da agricultura no Brasil. Nesse período surge também a EMBRAPA (EMATER, 2005). A EMATER, a partir de então, fica responsável pelo Desenvolvimento de Comunidades, denominada nos dias atuais, de Extensão Rural.

Dessa forma, é iniciado um trabalho de organização rural, não só com um enfoque produtivo (como até então eram os Programas de Desenvolvimento de Comunidades), mas também com enfoques subjetivos, como cidadania, representação de classes e organizações comunitárias. Passa-se a prestar

⁹ A CARE Brasil é uma organização não-governamental brasileira que participa da CARE Internacional, rede que possui como missão combater a pobreza nas áreas rurais dos países em desenvolvimento.

¹⁰ Comunitas é a organização da sociedade civil de interesse público que assegura a continuidade das idéias e ações promovidas pela Comunidade Solidária. A missão da Comunitas – a exemplo da Comunidade Solidária – é o fortalecimento da sociedade civil, democracia e desenvolvimento social no Brasil.

assistência a questões como conservação do solo, manejo do solo e da água, irrigação, drenagem e controle de pragas (EMATER, 2005).

A EMATER, nesse período (1970), passa a atuar junto aos grupos marginalizados, como os trabalhadores rurais “Sem Terra”, incluindo nessa classe os chamados bóias frias, os assentados dos Programas de Reforma Agrária e os movimentos sindicais (EMATER, 2005). Nesse contexto, surgem os programas de extensão rural e a denominação “Comunidades Rurais” no município de Catalão.

Nessa conjuntura, o Desenvolvimento de Comunidade entra em Catalão no final da década de 1970, com a difusão de comunidades em nível regional. Desde então, a recém criada EMATER ficou responsável pelo desenvolvimento das comunidades no município e dispunha de técnicos que faziam visitas periódicas às áreas rurais do município. A equipe técnica era formada por assistentes sociais, agrônomos e médicos que percorriam as comunidades rurais ministrando cursos de culinária, higiene e técnicas agrícolas.

Nesse sentido, consideramos que nesse ponto tais cursos significaram um avanço do programa de Desenvolvimento de Comunidades, pois, de acordo com os depoentes da comunidade rural São Domingos (2006) era comum as pessoas morrerem muito jovens no meio rural, por conta, principalmente, de doenças desconhecidas. Os cursos de técnicas agrícolas também consistiram numa estratégia importante do programa. No presente texto, questionamos a forma que esses programas foram transpostos para o Brasil de fora para dentro, colocando no mesmo nível camponeses e latifundiários.

No caso do município de Catalão, as dificuldades em traçar as transformações e a tamanha responsabilidade assumida pelo Desenvolvimento de Comunidade foram inúmeras. Praticamente, não existem estudos precisos sobre o programa e a documentação elaborada por técnicos da extensão rural foi perdida com o tempo. De acordo com a assistente social da Agência Rural (informação verbal, 2007), existiam vários cadernos elaborados pelos próprios técnicos da EMATER, nos quais foram registrados todos os passos do processo e também documentado um rico histórico de todas as comunidades. Esses cadernos, considerados irrelevantes pelos técnicos da instituição já não existem mais.

Os agricultores narram a história da extensão rural, de forma muito limitada. A impressão que tivemos é que nem eles sabem quais foram os verdadeiros objetivos das Missões Rurais. Alguns estudos foram realizados sobre comunidades rurais no município de Catalão. Podemos citar os trabalhos de Mendes (2001, 2005), Mendonça (1998, 2004) e Santos (2001). A primeira fez um importante trabalho mostrando as formas de reprodução e resistência na Comunidade Coqueiros e, em outro trabalho, ao analisar as comunidades no município de Catalão (GO) (2005), a autora procurou entender as formas de resistência e reprodução da produção familiar em Goiás na atual conjuntura. Nesses trabalhos, é tecida uma importante discussão sobre os principais programas que contribuíram para a reprodução e a fragilização da agricultura familiar, mas não aprofundou nos programas de extensão rural do Desenvolvimento de Comunidades.

Por sua vez, Mendonça (1998) estudou a reprodução e recriação do campesinato na Comunidade Ribeirão, através do cultivo do alho. Em outro trabalho (2004) o autor fez uma importante discussão sobre a entrada do capital nas áreas de Cerrado por meio da modernização agrícola, bem como os impactos sobre o trabalho e os camponeses. Mas, em nenhum momento, atentou para a (re)organização do espaço agrário instaurada pelo desenvolvimento de Comunidades.

Já Santos (2001) tentou aprofundar a questão, mas relatou que as dificuldades de acesso a um material histórico preciso impediram o avanço das discussões. Quando da conclusão de seus estudos, a autora conseguiu alguns documentos que ainda não haviam sido perdidos na Agência Rural, prestando assim, grandes contribuições à nossa pesquisa.

Conforme a autora, o Desenvolvimento de Comunidade Rural em Goiás coincide com a fundação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Teve como missão criar políticas de aperfeiçoamento das técnicas rurais e qualificação da mão-de-obra no campo. O serviço de extensão rural, em Goiás, começa a ser colocado em prática a partir de 1959, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Goiás (ACAR-GO), subordinada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Na década de 1970

foi fundada a EMATER, sob coordenação da EMBRATER. Sua extinção se deu no Governo Collor, que criou várias outras empresas em todos os Estados, formando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O objetivo era disseminar o uso de implementos agrícolas e máquinas modernas, contribuindo para o fortalecimento do Modo de Produção Capitalista no campo (SANTOS, 2001).

Assim, a EMATER sustentou o discurso de ajudar os seus clientes, usuários e beneficiários, por meio da adoção de um programa educativo informal que prega o uso de metodologias próprias da extensão rural, visando uma melhoria do bem-estar social, do crescimento econômico das famílias rurais e da sustentabilidade. Para Santos (2001),

[...] a criação da EMATER responde à política nacional de desenvolvimento da agricultura. Um desenvolvimento cuja premissa básica é modernizar a produção, moldando também o responsável por ela. Assistir o homem do campo, nesse caso, significa transformá-lo em um sujeito mais produtivo e quiçá mais moderno. (SANTOS, 2001, p. 124).

Assim, as comunidades tradicionais em Catalão, para os idealizadores dos programas de extensão rural, eram taxadas de atrasadas e teriam que se modernizar a qualquer custo, pois eram as responsáveis pelo atraso econômico, social e cultural nas áreas rurais. Nessa linha de reflexão de Amann (1985) constatamos que o homem do campo era visto como atrasado e teria que ser educado de qualquer forma e Santos (2001, p. 126) refere à EMATER como “uma instituição criada dentro de um discurso político cuja intenção seria modernizar o campo, tendo que, para tanto, transcender ao atraso, ao tradicionalismo e, ousamos dizer, à ignorância identificada no meio rural.”

Os programas de extensão rural, como foi dito anteriormente, viam o espaço rural apenas como fonte importante de produção econômica, não reconhecendo-o como espaço de vida e de reprodução cultural das famílias rurais. Ainda, conforme colocou a assistente social da Agência Rural (informação verbal, 2007), a EMATER tinha uma metodologia própria da extensão rural, buscando melhoria na vida dos pequenos produtores, bem estar social, crescimento econômico das famílias rurais e sustentabilidade do meio ambiente. Assim, as gerações atuais encontrariam condições de viver em harmonia com o seu meio,

preservando-os para as gerações futuras. Santos (2001), baseada em documentação da EMATER, complementa essa idéia:

Missão: a missão da EMATER (GO) é gerar conhecimento científico e tecnológico, prestar assistência técnica agropecuária e classificar produtos de origem vegetal. Assim, deverá avaliar, adaptar, difundir e transferir tecnologias agropecuárias gerenciais e de promoção social, com estímulos às habilidades e aos processos modificadores de atitudes e valores, tudo voltado para o desenvolvimento autosustentável da agropecuária e do meio ambiente em benefício da sociedade como um todo. (EMATER, 1998 apud SANTOS, 2001, p. 125).

Assim, na documentação levantada por Santos (2001), o trabalho da extensão rural em Catalão era feito da seguinte forma: primeiro um breve histórico da comunidade assistida, que apresentava os membros das mesmas, e representava, graficamente, a região. A segunda parte do trabalho dos técnicos contempla a “convivência”, que consta da descrição de cada visita feita pelos técnicos às diferentes famílias da comunidade. De acordo com a autora, não havia nos cadernos, uma conclusão dos trabalhos. Afirma ainda que, nos documentos, os conceitos de comunidade rural que a empresa de assistência técnica adotava baseavam-se apenas no critério proximidades das famílias, o que foge do modelo de comunidade exposto anteriormente por Claval (1999), Marques (2004), Cândido (1982) e Woortmann (1995).

Assim, como podemos perceber, os objetivos da EMATER eram claros. A extensão rural propunha a transformação de mentalidades, atitudes e valores historicamente construídos e territorializados em comunidade. De acordo com os depoentes, os técnicos da EMATER faziam visitas periodicamente nas comunidades, realizando reuniões, cursos e outros. Disseram ainda que o programa de assistência técnica não melhorou, significativamente, suas vidas. Os técnicos da EMATER salientaram que foi um trabalho penoso, pois nem sempre os pequenos produtores respondiam aos objetivos propostos pelos programas de extensão rural.

Assim, pode-se concluir que o discurso da EMATER sobre o homem do campo limita-se à visão do produtor pequeno e carente. Santos (2001) disserta que, visualizando esse homem, cuja característica maior é a necessidade, ele deveria receber passivamente o que lhe chegasse. Mas, como sujeito de sua existência,

nem sempre é o que acontece. Porque a forma como o homem pode se apropriar do que lhe chega, também pode não responder as expectativas de quem leva.

Assim, o Desenvolvimento de Comunidade, que entrou no Brasil ao término da II Guerra Mundial e, conseqüentemente, em Catalão, no final da década de 1970, foi uma política de fortalecimento do Modo Capitalista de Produção, que não considerou as especificidades do lugar e do território. Tratava-se, na verdade, de modelos que já haviam sido testados em outros países e transportados para o Brasil sob as mesmas perspectivas.

Assim, o Desenvolvimento de Comunidades Rurais em Catalão, especificamente se mostrou ineficiente, não melhorando a vida dos pequenos produtores, que ainda padecem com as dificuldades de produzir, comercializar e reproduzir suas famílias.

Considerações finais

As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro no pós-guerra agravaram ainda mais a situação das populações tradicionais do campo. As políticas de DCR não foram suficientes para resolver os problemas presentes no campo, mesmo porque essas políticas foram pensadas a partir de experiências realizadas em outros países, não considerando as especificidades culturais presentes no campesinato brasileiro. Isso acarretou a concentração de terras nas mãos de uma minoria e a expulsão de parte desses agricultores. Os maiores problemas continuam relacionados à produção e à comercialização dos produtos, gerando uma dificuldade cada vez maior para as famílias continuarem no campo.

No caso das comunidades rurais no município de Catalão, constatamos a importância do setor na produção de alimentos, como verduras, frutas, leite, arroz, feijão, que são entregues nos mercados locais e regionais. No entanto, esses produtores reproduzem-se marginalmente, pois as transformações ocorridas no espaço agrário catalano, beneficiaram apenas os grandes proprietários rurais, ficando a agricultura familiar carente de políticas públicas, gerando vários problemas no que concerne à produção de alimentos e manutenção das famílias no meio rural.

Para que haja desenvolvimento, alguns problemas precisam ser superados:

- a) Baixo nível técnico nas unidades familiares nas comunidades rurais;
- b) Baixo preço dos produtos, que é determinado pelo mercado;
- c) Falta de projetos de inclusão social (saúde, educação e lazer...);
- d) Falta ou carência de políticas públicas voltadas para as necessidades das comunidades rurais;
- e) Altos preços dos produtos industrializados (insumos agrícolas, maquinários...);
- f) Falta de acesso à informação (preços, produção, mercado).
- g) Falta de assistência técnica;
- h) Baixo nível de instrução dos agricultores nas comunidades rurais.

Assim, é necessária uma valorização dos recursos territoriais (políticos, econômicos, culturais) dessas comunidades, considerando suas potencialidades, para que os mesmos sejam envolvidos e não sujeitos. Para tanto, acreditamos na necessidade de políticas públicas com altos investimentos, não apenas no processo produtivo, mas também em educação, saúde, lazer. Que esses produtores sejam sujeitos de si mesmos, capazes de controlar sua produção, sua venda e consumo. Um desafio, nesse caso, é assegurar um rendimento suficiente para que os produtores consigam manter os filhos nas comunidades.

Nas comunidades rurais em Catalão, percebemos, entre os moradores, uma grande força de vontade para mudar, criar alternativas de sobrevivência, mas muitos precisam de auxílio, tanto no processo produtivo quanto na comercialização. Muitos produtores lutam e trabalham diariamente, de baixo de chuva ou de sol, fazendo do seu lugar um território de esperança, em busca de dias melhores. Há que ressaltar a importância da organização política dos produtores, através dos Movimentos Sociais, na busca por melhores condições de vida, por respeito e dignidade. Porém, merece ressaltar a necessidade de os próprios agricultores decidirem os rumos de suas decisões no interior do movimento. Estamos falando de

uma espécie de liderança que seja do próprio lugar. Enfim, com a palavra luta e muito trabalho, outra realidade será possível.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: editora da UNICAMP, 1992.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- ARCOVERDE, A. C. B. **O coletivo ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade**. Recife: Editora Universitária, 1985.
- BAPTISTA, M. V. **Desenvolvimento de comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. 3. ed. rev. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- BIDDLE, W. W.; BIDDLE, L. J. **Desenvolvimento da comunidade: a redescoberta da iniciativa local**. Tradução de M. D. CARNEIRO e M. H. de S. FREITAS. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1972.
- BUBER, M. **Sobre comunidade**. Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987 (Debates, 203).
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Tradução de L. F. Pimenta; M. C. A. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.
- EMATER. **O homem e a terra: história da extensão rural – 1976 a 1985**. Paraná. v. 3. set./dez., 2005.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, I. A. **A extensão rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos planos municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo**. 142 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004. p. 145-156.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO).** 294 f. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

_____. **A produção familiar em Catalão (GO): a Comunidade Coqueiro.** 202 f. 2001 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 458 f. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão (GO).** 233 f. 1998. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro.** Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, 1997, p.113-154. Disponível em: <http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v14/cc14n104.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2008.

SANTOS, M. P. **O campo (re)inventado: transformações da cultura popular no Sudeste Goiano (1950-1990).** 193 f. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: Est. Edições, 2003.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CIÊNCIAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS NO BRASIL – SSR, 1., 1960, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SSR. 1960. 347 p.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos no município de Catalão (GO).** 178 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: herdeiros do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo: HUCITEC, 1995.

Recebido para publicação em agosto de 2008

Aceito para publicação em outubro de 2008